



Escola de Saúde Pública do Paraná
Centro Formador de Recursos Humanos

ORGANIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE NA ATUALIDADE

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM
SAÚDE**

Professora Ma. Flaviane Mello Lazarini



Pacto pela Saúde 2006

- Pacto pela Vida,
- Pacto em Defesa do SUS e
- Pacto de Gestão do SUS.

Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011

- Regulamenta a Lei no [8.080](#), de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Seção I- Das Regiões de Saúde

- Art. 4º As Regiões de Saúde serão instituídas pelo Estado, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT a que se refere o inciso I do art. 30.
- Poderão ser instituídas Regiões de Saúde interestaduais, compostas por Municípios limítrofes, por ato conjunto dos respectivos Estados em articulação com os Municípios.
- A instituição de Regiões de Saúde situadas em áreas de fronteira com outros países deverá respeitar as normas que regem as relações internacionais.
- Para ser instituída, a Região de Saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços de:
 - I - atenção primária;
 - II - urgência e emergência;
 - III - atenção psicossocial;
 - IV - atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e
 - **V - vigilância em saúde.**

Art. 35. O Contrato Organizativo

- **O Contrato Organizativo de Ação Pública- COAP** da Saúde definirá as responsabilidades individuais e solidárias dos entes federativos com relação às ações e serviços de saúde, os indicadores e as metas de saúde, os critérios de avaliação de desempenho, os recursos financeiros que serão disponibilizados, a forma de controle e fiscalização da sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde.

Art. 36. O Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde conterá as seguintes disposições essenciais:

- **I** - identificação das necessidades de saúde locais e regionais;
- **II** - **oferta de ações e serviços de vigilância em saúde**, promoção, proteção e recuperação da saúde em âmbito regional e inter-regional;

FINANCIAMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- As bases gerais do financiamento da Vigilância em Saúde se incluem nas da saúde como um todo, explícitas na CF e Leis, e que servem a todas as áreas: responsabilidade dos cidadãos (direta e indiretamente) através de impostos e contribuições das três esferas de Governo;
- Quantitativos mínimos: União, anualmente o empenhado no ano anterior aplicada a variação nominal do PIB. Estados 12% de suas receitas próprias e municípios 15%;
- União transfere recursos obrigatoriamente para Estados e Municípios executarem ações e serviços de saúde, 50% por quociente populacional e 50% por outros sete critérios combinados; **os recursos da saúde só podem ser utilizados em ações e serviços de saúde e não nos condicionantes e determinantes como está na CF e no Art.3 da Lei 8080, onde se separaram as áreas (assistência social, educação, segurança, trabalho, previdência, etc).**

Resolução 322 do CNS e pela PT-MS-GM 2047/2002 e confirmado no Senado e Câmara nos projetos de regulamentação da EC-29. Gilson Carvalho, 2010

RECURSOS ESPECÍFICOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE:

COMPONENTE DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E PROMOÇÃO DA SAÚDE

- **PFVPS**= PISO FIXO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE CALCULADO EM 4 ESTRATOS DE ESTADOS;
- MONTANTE MÍNIMO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS SERÁ PROPORCIONAL AO PFVPS: ESTADOS = 10% + FINLACEN ; MUNICÍPIOS= 60%; CAPITAIS E MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA = 80%
- CIB DEFINE: VALOR DA SES E DE CADA MUNICÍPIO; VALORES DE CAMPANHAS DE VACINAÇÃO (GRIPE – POLIO -RAIVA); AJUSTES DE COMPENSAÇÕES DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS

RECURSOS ESPECÍFICOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE:

PVVPS = PISO VARIÁVEL DA VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE DIVIDIDO EM:

- **NHE** – NÚCLEO HOSPITALAR DE EPIDEMIOLOGIA;
- **RCBP** – REGISTRO DE CÂNCER DE BASE POPULACIONAL;
- **CASA APOIO** ADULTOS VIVENDO COM HIV/AIDS;
FÓRMULA INFANTIL AOS VERTICALMENTE CONTAMINADOS HIV/AIDS;
- **INCENTIVO PROGRAMA** NACIONAL HIV/AIDS;
- RESERVA NACIONAL = EQUIVALENTE A 5% DOS RECURSOS DA VIGILÂNCIA
- BLOQUEIO: 2 MESES SEM INFORMAÇÃO NO SINAM-SNASC-SIM

RECURSOS ESPECÍFICOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE:

COMPONENTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- **PFVISA** = PISO FIXO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA (PISO ESTRUTURANTE E PISO ESTRATÉGICO)
- **PVVS** = GESTÃO DE PESSOAS PARA EDUCAÇÃO PERMANENTE
-

Regulamentações de Financiamento

- Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, **que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde**, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;
- Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e **define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde** pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

IMPORTANTE: substitui a Portaria 3252/2009

Regulamentações de Financiamento

- PORTARIA Nº 1.708, DE 16 DE AGOSTO DE 2013, que **regulamenta o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQAVS), com a definição de suas diretrizes, financiamento, metodologia de adesão e critérios de avaliação** dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
- PORTARIA Nº 1.717, DE 16 DE AGOSTO DE 2013, **que restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios e Estados que cadastraram o serviço de vigilância sanitária** no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SNCES) e regularizaram a alimentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS).



- *Projeto de Lei de Iniciativa Popular que assegure o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública brasileira, assim, alterando a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012.*
- Vídeo 3
- Vídeo 4

Paraná: VigiaSUS

Programa De Qualificação Da Vigilância Em Saúde No Paraná

- Programa estadual que visa fortalecer e qualificar as ações de **Vigilância em Saúde** em todos os municípios do Paraná. Previsto no Plano Estadual de Saúde 2012-2015, o programa se concretiza em 2013 com o repasse de incentivos de mais de **R\$ 47 milhões** do Tesouro Estadual aos 399 municípios paranaenses. Destes, **R\$ 30 milhões** poderão ser utilizados pelas prefeituras nas áreas de combate à dengue e outras doenças, vacinação, investigação e controle de doenças transmissíveis, vigilância sanitária, vigilância ambiental, saúde do trabalhador e ações de promoção da saúde.

• COMPONENTES

O **VigiaSUS** é estruturado em três componentes estratégicos:

- Incentivos financeiros aos municípios para investimentos em capital e custeio das ações de Vigilância em Saúde;
- Educação permanente voltada para os municípios e regionais de saúde com cursos de atualização e pós-graduação em Vigilância em Saúde;
- Estruturação dos serviços próprios de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual da Saúde.

O **VigiaSUS** será utilizado como uma das referências para a pactuação das ações de Vigilância em Saúde no Contrato Organizativo da Ação Pública – COAP, a ser assinado entre o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e os municípios do Estado.

Diferenciação dos Conceitos de Vigilância

- Vigilância da saúde equivalendo à “análise de situações de saúde”: caracterizada pela ampliação dos objetos da vigilância epidemiológica tradicional (doenças transmissíveis)

Diferenciação dos Conceitos de Vigilância

- Vigilância da saúde como proposta de integração institucional entre a vigilância epidemiológica e a vigilância sanitária: concretizou-se mediante reformas administrativas, com a criação de Departamentos de Vigilância da Saúde ou órgãos similares, inicialmente nas secretarias estaduais de saúde, na primeira metade da década de 1990.

Diferenciação dos Conceitos de Vigilância

- Vigilância da saúde como uma proposta de redefinição das práticas sanitárias: é um novo modelo assistencial dotado de algumas características básicas: intervenção sobre problemas de saúde;
- Prevenção, promoção; atuação intersectorial e sobre o território;
- Nesta concepção a vigilância representa a possibilidade de organizar processos de trabalho em saúde em um território delimitado.

Em síntese, vigilância é:

- “Vigilância Epidemiológica é ***informação para ação***” (CBVE)
- Vigilância é a observação **contínua** e **sistemática** de um evento relevante para a saúde pública, com o objetivo de analisar comportamento seu comportamento, condicionantes e tendências com o objetivo de subsidiar a **adoção de ações** de **prevenção e controle e de promoção da saúde**
- Ação continuada e pragmática.

Estrutura Regimental do Ministério da Saúde

Decreto nº 7.336 , de 19 de outubro de 2010

**Brasília-DF
2011**

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Conselho Nacional de Saúde
Conselho de Saúde Suplementar

MINISTRO DA SAÚDE

ENTIDADES VINCULADAS

Autarquias: ANVISA e ANS
Fundações Públicas: FUNASA e FIOCRUZ
Empresa Pública: HEMOBRAS
Sociedades de Economia Mista:
Hospital N. S. da Conceição S/A
Hospital Fêmina S/A
Hospital Cristo Redentor S/A

Secretaria-Executiva
do Conselho Nacional
de Saúde

Gabinete do Ministro

1. Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro
2. Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde
3. Assessoria de Comunicação Social
4. Assessoria Parlamentar
5. Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial

Consultoria Jurídica

1. Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos
2. Coordenação-Geral de Acompanhamento Jurídico

Secretaria-Executiva

1. Coordenação-Geral de Inovação Gerencial
2. Subsecretaria de Assuntos Administrativos
3. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
4. Departamento de Informática do SUS - DATASUS
5. Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde
6. Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada
7. Departamento de Logística em Saúde
8. Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento
9. Núcleos Estaduais

Secretaria de
Atenção à Saúde

1. Departamento de Atenção Básica
2. Departamento de Atenção Especializada
3. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas
4. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas
5. Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro
6. Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde
7. Instituto Nacional de Câncer
8. Instituto Nacional de Cardiologia
9. Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia

Secretaria de Gestão
do Trabalho e da
Educação na Saúde

1. Departamento de Gestão da Educação na Saúde
2. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde

Secretaria de Ciência,
Tecnologia e Insumos
Estratégicos

1. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos
2. Departamento de Ciência e Tecnologia
3. Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde

Secretaria de Gestão
Estratégica
e Participativa

1. Departamento de Apoio à Gestão Participativa
2. Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS
3. Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS
4. Departamento Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de
Vigilância em Saúde

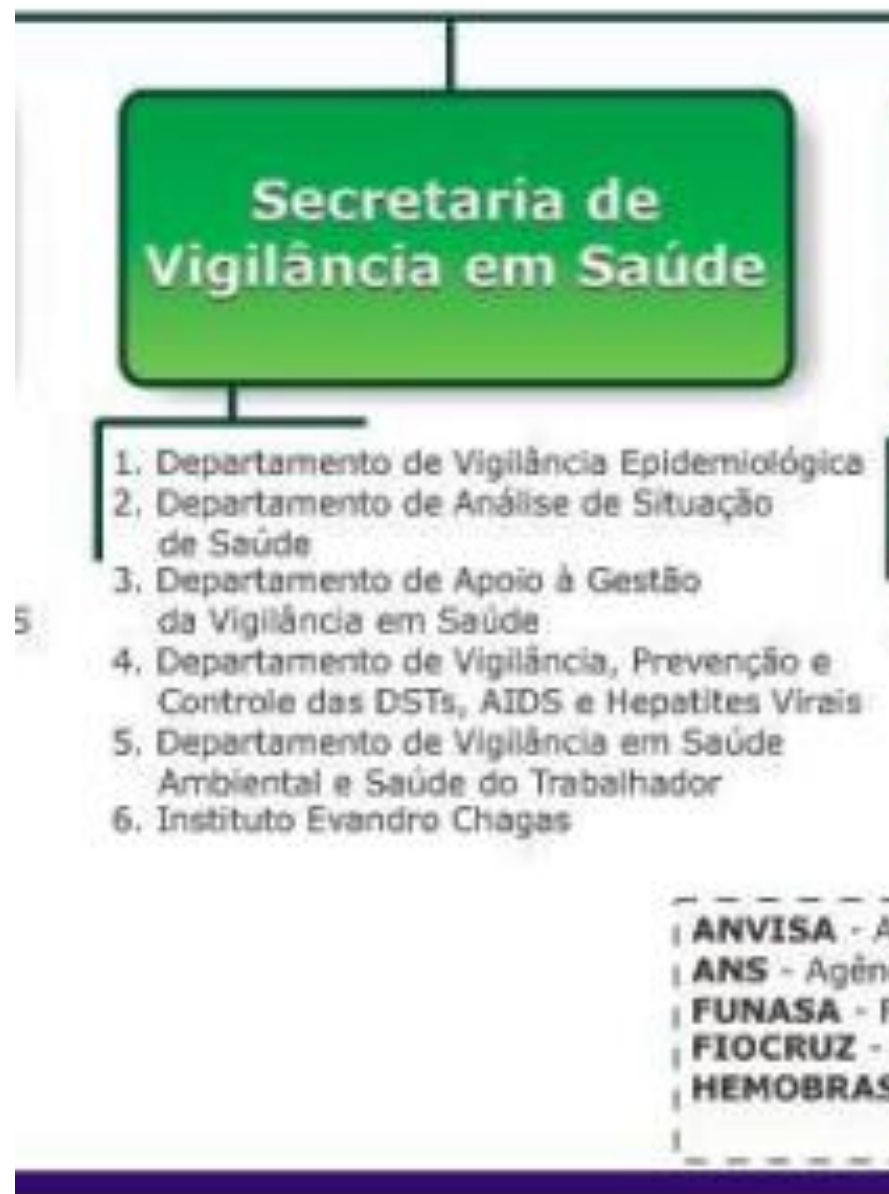
1. Departamento de Vigilância Epidemiológica
2. Departamento de Análise de Situação de Saúde
3. Departamento de Apoio Técnico da Vigilância em Saúde
4. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das DSTs, AIDS e Hepatites Virais
5. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
6. Instituto Evandro Chagas

Secretaria Especial
de Saúde Indígena

1. Departamento de Atenção à Saúde Indígena
2. Departamento de Gestão da Saúde Indígena
3. Distritos Sanitários Especiais Indígenas

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
HEMOBRAS - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia

A SVS



A SVS

- A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS) é responsável, em âmbito nacional, por todas as ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis, pela vigilância de fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, saúde ambiental e do trabalhador e também pela análise de situação de saúde da população brasileira.
- Seguindo a política de comunicação estabelecida pela Assessoria de Comunicação do MS, o Núcleo de Comunicação (Nucom) dá suporte à SVS e trabalha para promover e disseminar as informações relativas ao uso da metodologia epidemiológica em todos os níveis do Sistema Único de Saúde (SUS), usando como principal ferramenta comunicação digital.

Competências da SVS

- As funções da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) incluem a coordenação de programas de prevenção e controle de doenças transmissíveis de relevância nacional, como aids, dengue, malária, hepatites virais, doenças imunopreveníveis, leishmaniose, hanseníase e tuberculose e do Programa Nacional de Imunizações (PNI); investigação de surtos de doenças; coordenação da rede nacional de laboratórios de saúde pública; gestão de sistemas de informação de mortalidade, agravos de notificação obrigatória e nascidos vivos, realização de inquéritos de fatores de risco, coordenação de doenças e agravos não-transmissíveis e análise de situação de saúde, incluindo investigações e inquéritos sobre fatores de risco de doenças não transmissíveis, entre outras ações.

• 2006

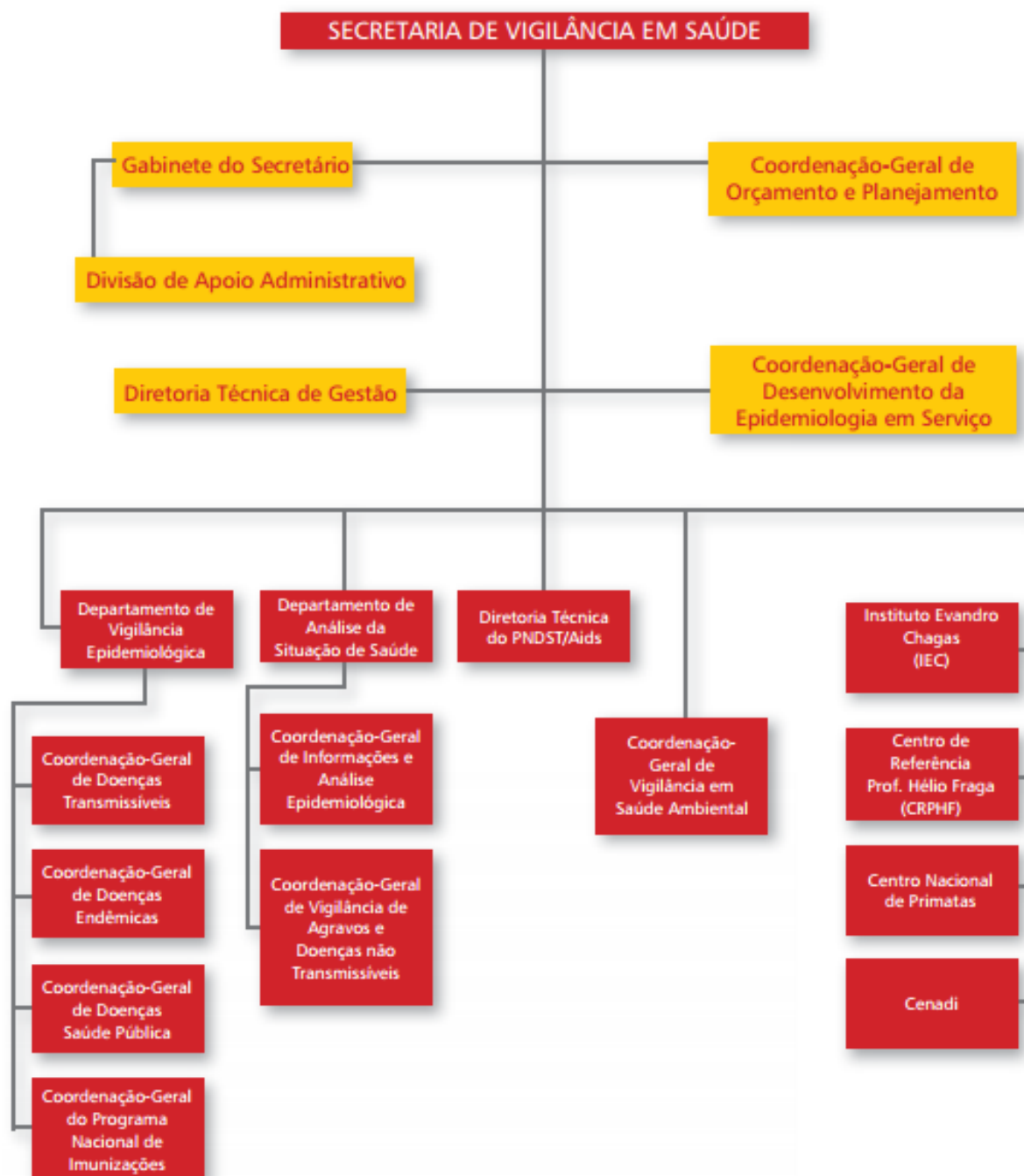
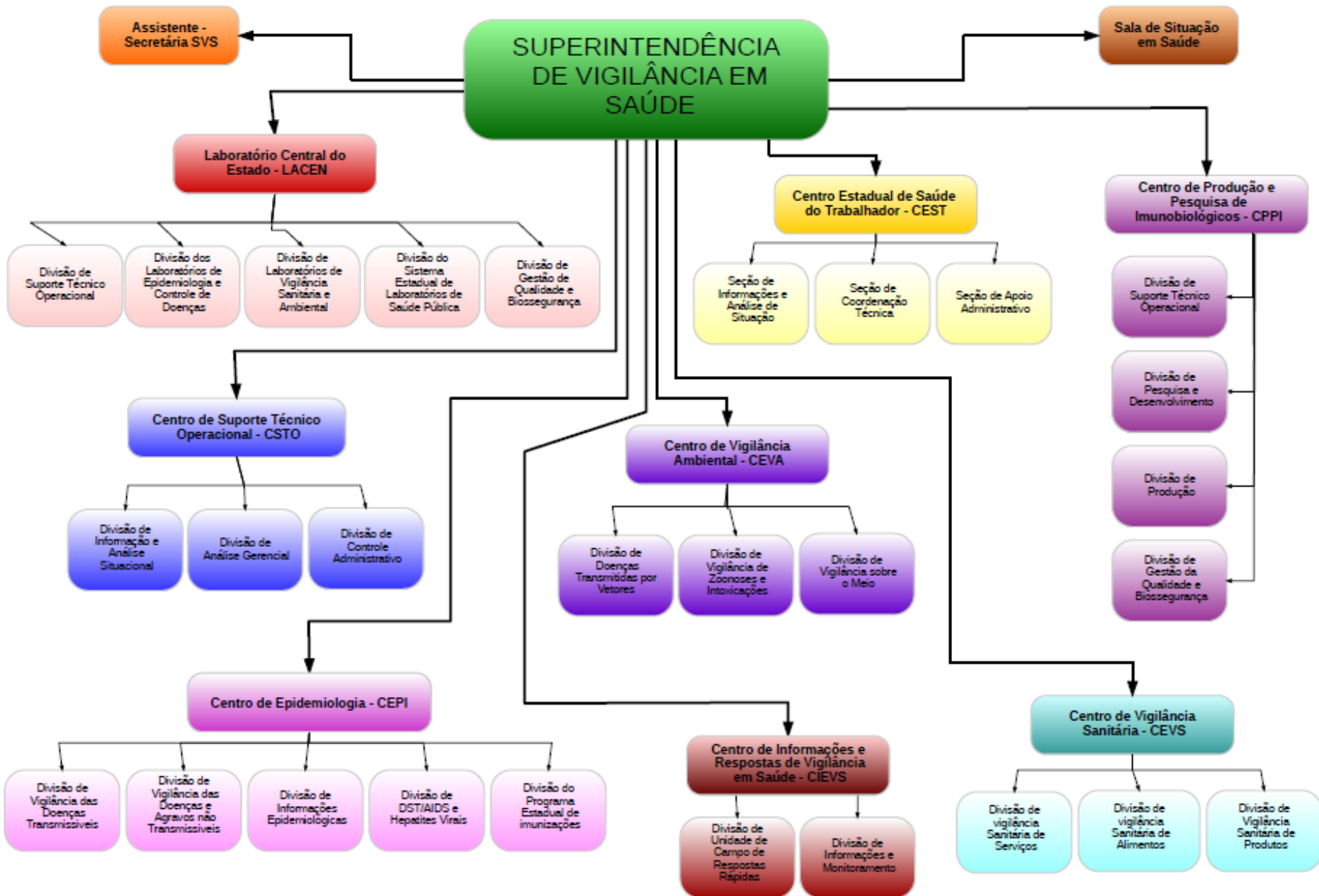


Fig. 1.2 – Ações desenvolvidas pela SVS



Fonte: SVS/MS





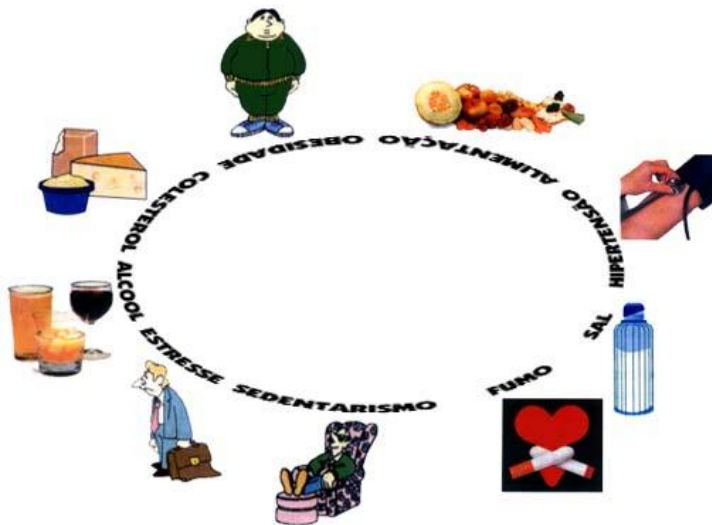
Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis

- Núcleos Hospitalares de Epidemiologia
- Programas de Prevenção e Controle de Doenças
- Programa Nacional de Imunizações (PNI)



Vigilância Epidemiológica das Doenças Não Transmissíveis

- Vigilância Epidemiológica das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Acidentes e Violências



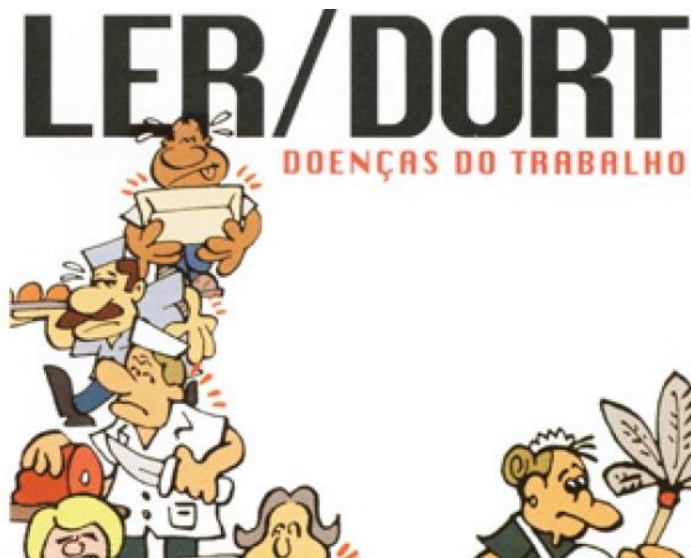
Vigilância em Saúde Ambiental

- Saúde Ambiental, articulação intersetorial;
- Saúde Ambiental e Saneamento
- Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental



Vigilância em Saúde do Trabalhador

- A relação saúde, doença e trabalho;
- Principais fatores de risco para a Saúde do Trabalhador;
- Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast)



SVS institucional

Quem é quem

Vigilância de A a Z

Publicações

Agenda do Secretário

EAD Vacinação HPV- Inscrições
até 30 de setembro

Editais e Chamamentos

Esclarecimentos - Portaria
183/2014

Formulários de notificação



**Mundial registrou 7.055
atendimentos de saúde
nos estádios**

**SVS convida ACE e
profissionais da
Atenção Básica para
14º Expoepi**

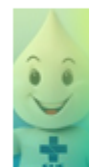
**SVS comemora
ingresso da RESS para
Coleção SciELO Brasil**

**Meta de vacinação
contra a gripe foi
superada no país**

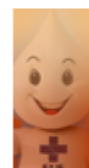
**Comitê Executivo da
Opas aprova
estratégias e planos
para melhorar a saúde
nas Américas**

Chikungunya

Tire suas dúvidas



Vacinômetro



Calendário Nacional de Vacinação

+ notícias

Revista

Epidemiologia e Serviços de Saúde

REVISTA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Boletim Epidemiológico

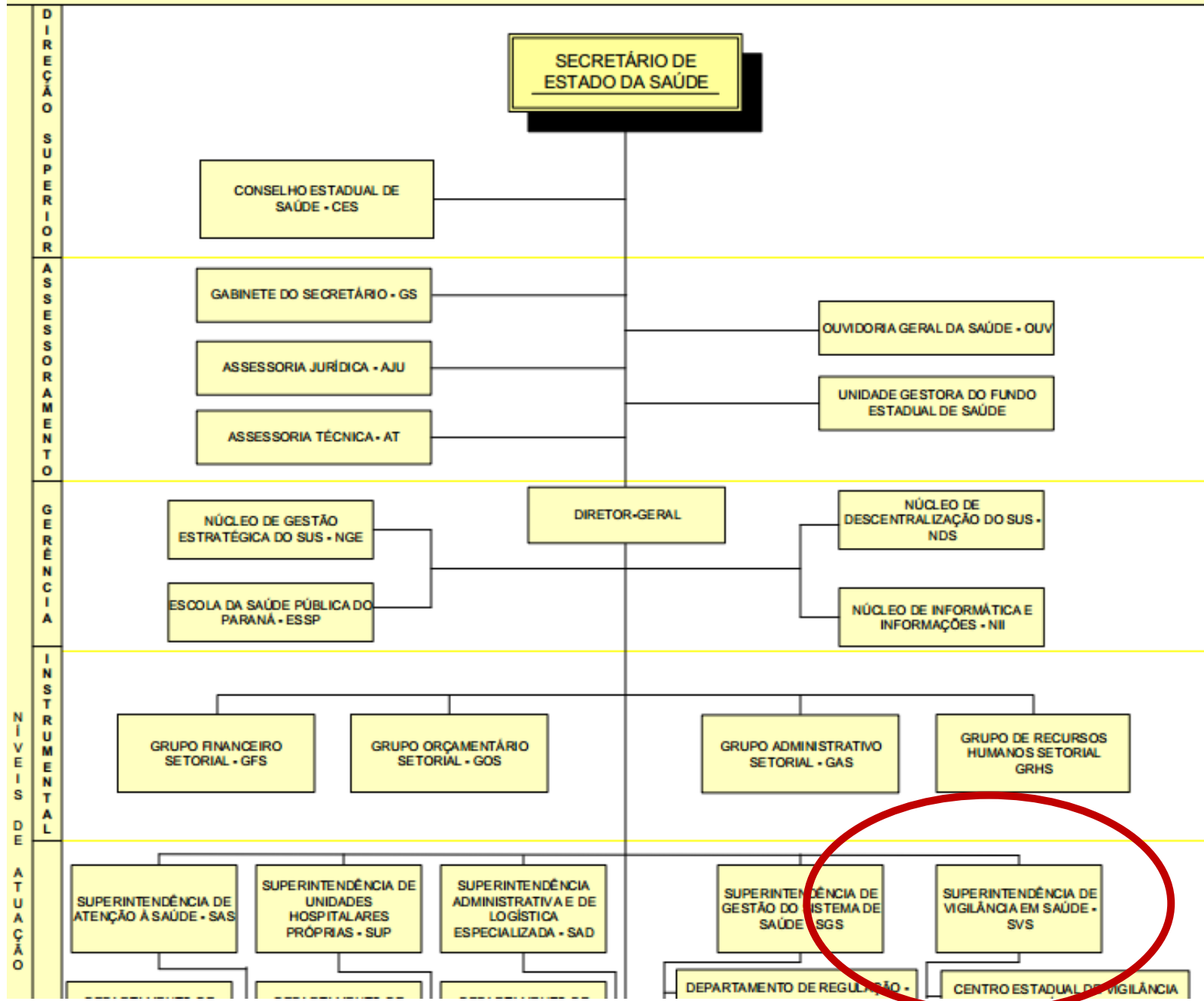
Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde
Ministério da Saúde

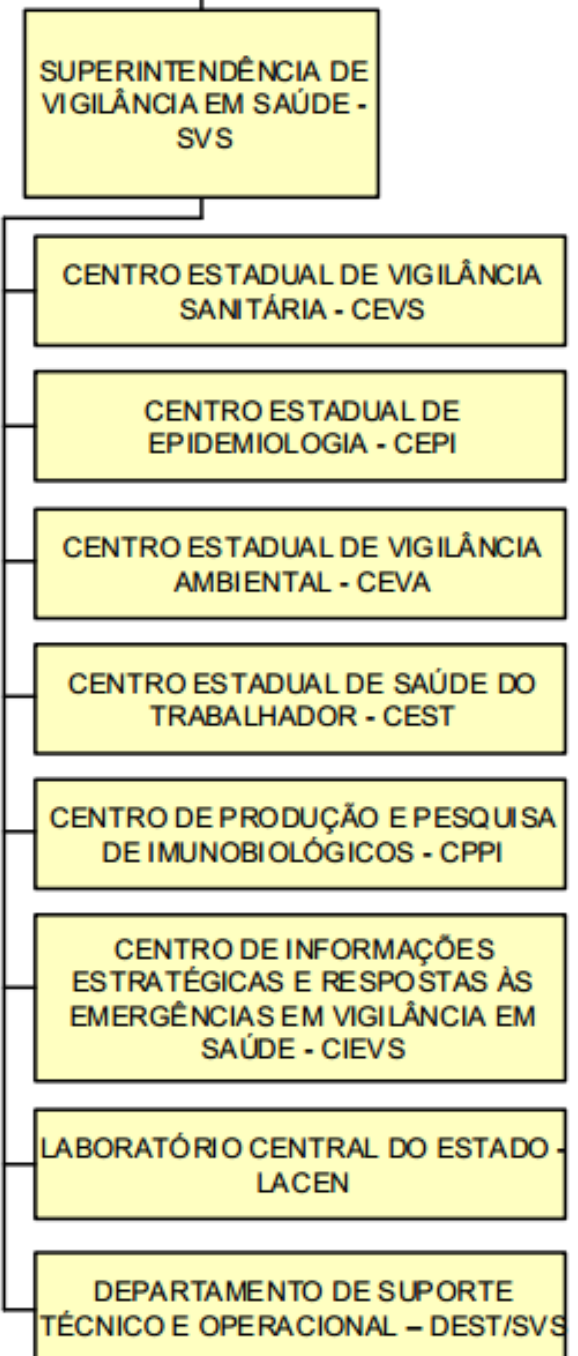
ANEXO I

SESA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



- Subsetores Estaduais



Planejamento



- As atividades planejadas dentro da SVS são divulgadas no site da Secretaria www.saude.gov.br/svs que levam em consideração o caráter estratégico da comunicação para a gestão da saúde, nas ações de promoção, prevenção e controle de doenças.

Sala de Situação

- A Sala de Situação em Saúde do Ministério da Saúde tem por objetivo disponibilizar informações, de forma executiva e gerencial, para subsidiar a tomada de decisão, a gestão, a prática profissional e a geração de conhecimento.
- Demonstra a atuação governamental no âmbito do SUS, fornece referencial para projeções e inferências setoriais, além de contribuir para a transparência acerca das ações desenvolvidas na área da saúde.

Módulos da Sala de Situação

Socioeconômico – Apresenta aspectos socioeconômicos, demográficos e territoriais que permitem identificar a situação conjuntural brasileira. Reúne dados políticos de estados e municípios, bem como as representações no poder Legislativo e sua atuação na área da saúde, por meio de emendas e convênios.

Ações em saúde – Possibilita o acompanhamento das metas físicas, coberturas e repasses financeiros relacionados às principais ações e programas do Ministério da Saúde.

Situação de saúde – Disponibiliza indicadores epidemiológicos e operacionais relacionados a doenças e agravos caracterizados como problema de saúde pública. Auxilia na elaboração de análises contextuais utilizadas na formulação de políticas e na avaliação de intervenções específicas no campo da saúde.

Gestão em saúde – Aborda a execução orçamentária do Ministério da Saúde, por unidade orçamentária, programas e ações. Informa os limites financeiros por empenho e por fontes de recurso. Detalha a situação de convênios e apresenta as transferências fundo a fundo, particularizando os repasses financeiros. Exibe informações sobre estabelecimentos e profissionais de saúde em atuação no SUS. Mostra indicadores de processo e resultados do monitoramento do Pacto pela Saúde. Disponibiliza os dados referentes ao processo de gestão, à descentralização e ao controle social.

Redes e Programas ▾ Situação de Saúde ▾ Gestão/Financiamento ▾

SALA DE APOIO À GESTÃO ESTRATÉGICA

SAGE Indicadores de Saúde a um clique

A Sage disponibiliza informações para subsidiar a tomada de decisão, a gestão e a geração de conhecimento.

Demonstrando a atuação governamental no âmbito do SUS, a Sage possibilita projeções e inferências setoriais, além de contribuir para a transparência das ações desenvolvidas na área de saúde.

Saiba mais

Redes e Programas

Apresenta informações para o acompanhamento das ações das redes prioritárias de saúde do governo:

Conte com a Gente (saúde mental); da Mulher; Mais Perto de Você (atenção básica); Não tem Preço (assistência farmacêutica); Toda Hora (urgência e emergência), além dos indicadores de saúde selecionados para acompanhamento dos Objetivos do Milênio.

Saúde Mental
ATENÇÃO BÁSICA
ASSISTÊNCIA
Urgência e Emergência

Saúde com Mais Transparência

Portal do MS, que, desde 2011, apresenta

IDSUS - Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde

Índice composto que faz uma

Links Importantes

> [Mais Médicos](#)

> [SIOPS](#)

Objetivos do Milênio



Sistema DEV Info

- <http://www.orbis.org.br/>
- Vídeo 1



Principal Sistemas de Indicadores Produtos Orbis Análises Cursos Enquetes Sobre o Orbis Contato

Sistema Devinfo
Relatórios Dinâmicos



Sistemas de Indicadores

Relatórios Dinâmicos



Sistemas de indicadores municipais

Indicadores municipais para os 5.565 municípios do Brasil e seus estados. Confira os indicadores de sua cidade.

Últimas Análises



VISÃO GLOBAL: Valorize o saber, segure seu petróleo

Países com menos recursos naturais investem mais no ensino



Mitos da população mundial

Muitos fatores orientam a demografia de um país



Paranaenses, vamos melhorar essa conta?

O estado avançou pelos ODM, mas

Responda

Na sua opinião, as obras e investimentos para a Copa 2014 no Brasil vão contribuir para o aumento de qualidade de vida da população?

- ☐ Não haverá melhorias para a população
- ☐ Sim, mas a um custo muito alto
- ☐ Sim, deixarão um grande legado



INDICADORES DO MILÊNIO AO SEU ALCANCE!

Sistema de consulta de informações ambientais, econômicas e sociais sobre os ODM de todos os estados e municípios brasileiros. Apresenta análises e infográficos, com base em fontes oficiais de informação, possibilitando a comparação entre estados e municípios e exportação dos relatórios em pdf.

QUERO VER O RELATÓRIO:

Selecione um Estado



[Escolher Município?](#)

ACESSAR



BUSCA AVANÇADA

Atualizado em 16/06/2014 - [Exibir alterações](#)

PARANÁ

 ALTERAR  BUSCA AVANÇADA  BAIXAR PDF

PERFIL
ESTADUAL



1



2



3



4



5



6



7



PERFIL ESTADUAL



Dados cartográficos ©2014 Google, Inav/Geosistemas SRL, Mapcity Termo



NÚMERO DE MUNICÍPIOS

399 município(s)



ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO - 2.013

10.997.462 habitantes



CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO - 2.000-2.010

0,89%



ÁREA

199.316,70 km²



DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 2.010

52,40 hab/km²



ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER - 2.010

74,80 anos

POPULAÇÃO - 2.010



10.444.526 habitantes ?

PIRÂMIDE ETÁRIA



Clique para ampliar

IDH - 2.010

0,749 ?

ÍNDICE DE GINI - 2.010

0,542 ?

URBANIZAÇÃO - 2.010

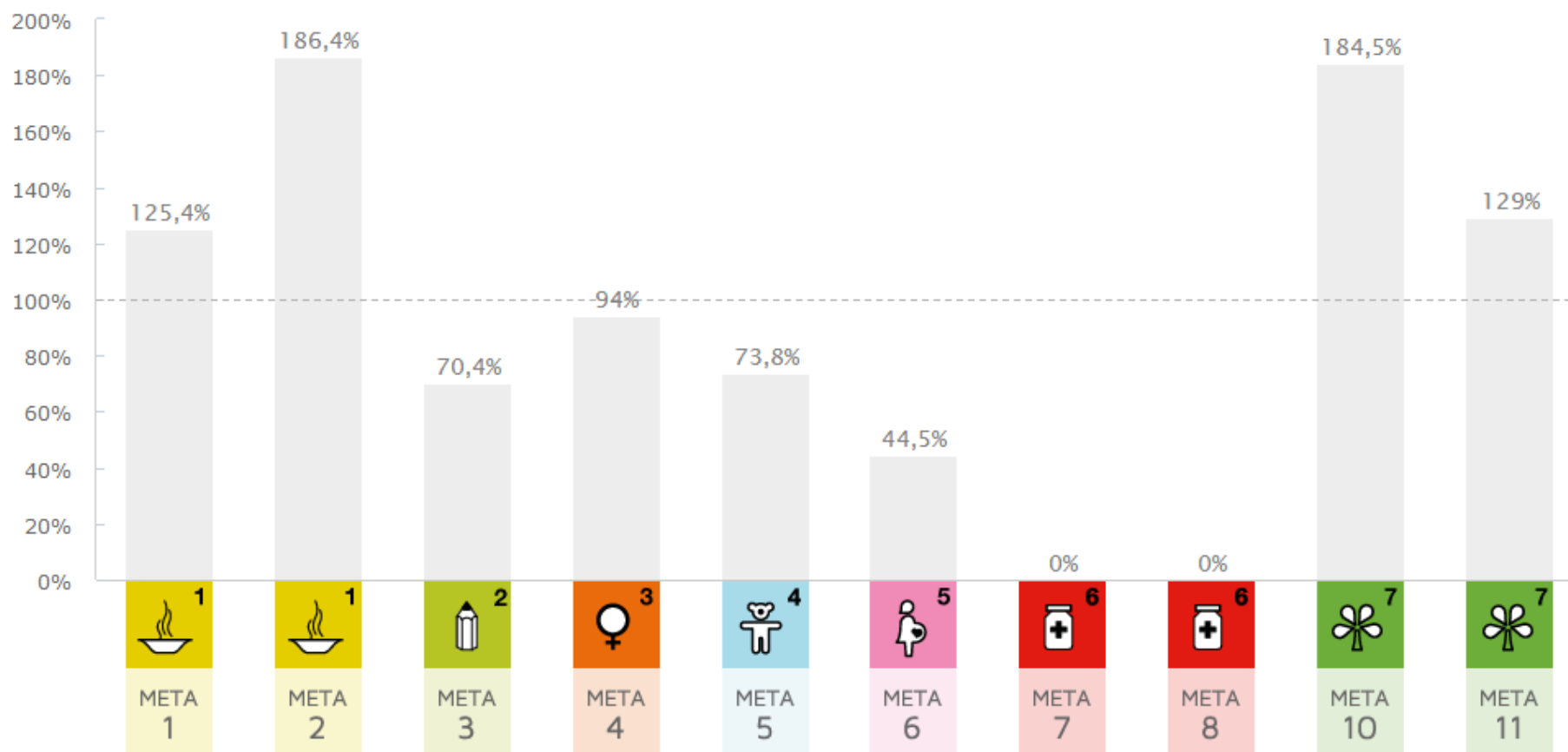


85,33%



PERCENTUAL DE ALCANCE DAS METAS NO ESTADO

Paraná



• -Vídeo 2

Centro de Produção e
Pesquisa de
Imunobiológicos - CPPI



SECRETARIA DA
SAÚDE

[ir para o conteúdo](#)

[ir para a navegação](#)

[mapa do site](#)

[acessibilidade](#)

[contraste](#)

[A+](#)

[A](#)



[Transparência](#)

Pesquisar



PORTAL EM UM CLIQUE

[Página Inicial](#)

[Institucional](#)



[Transparência](#)

[Escola de Saúde](#)

[Regionais de Saúde](#)

[Hospitais e Unidades Próprias](#)

[Comunicação](#)



[Programas](#)



[Vigilância Sanitária](#)

[Centro de Saúde do Trabalhador](#)

Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos - CPPI



[Ouvidoria](#)

Fundado em 1987, o Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI) atua na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos de interesse para a saúde pública do país, produz soros antivenenos, insumos e antígenos para auxílio diagnóstico. O CPPI é referência nacional do soro antiloxoscélico, contra a picada de aranha-marrom, e do antígeno de Montenegro, utilizado para auxílio diagnóstico da leishmaniose tegumentar americana.

[Histórico](#)

[Áreas de Atuação](#)

[Direção](#)

[Farmacovigilância e SAC](#)

Centro Estadual de Saúde
do Trabalhador - CEST

(Principal) Centro Estadual de Saúde do Trabalhador

CEST

CENTRO ESTADUAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

PRINCIPAL:

O que é o CEST

Equipe

Atribuições

Atuação

Ações Estratégicas

Arquivos

CERESTs

Legislação (Federal) (Estadual)

Eventos

Observatório

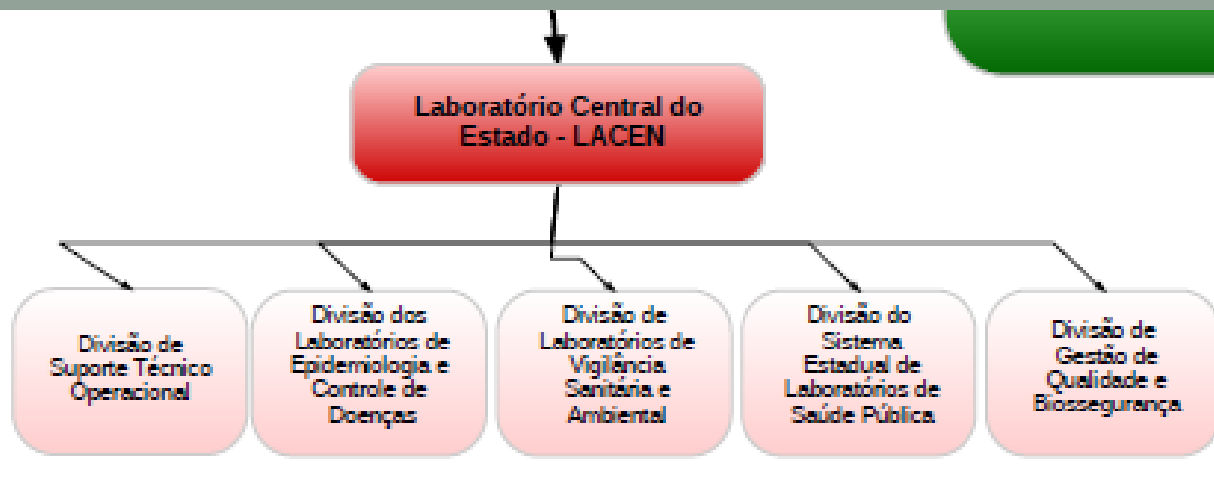
Links

Contato

Política Estadual de Saúde do Trabalhador

Protocolo de Avaliação das Intoxicações Crônicas por Agrotóxicos

do Centro de Saúde do Trabalhador



- É o **Laboratório de Saúde Pública** vinculado à **Secretaria de Estado da Saúde** e apresenta desde a sua criação atividades voltadas à saúde coletiva, atuando nas áreas de **vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental**, conforme Lei Orgânica nº 8080.
- Na área de Epidemiologia e Controle de Doenças **atua no diagnóstico e monitoramento dos agravos de interesse em Saúde Pública**, definidas e priorizadas através dos indicadores de saúde.
- Na área de **Vigilância Sanitária e Ambiental** incorpora análises de **verificação das condições higiênico-sanitárias, qualidade, identidade e inocuidade para fiscalização dos produtos utilizados pela população**, definidas e priorizadas através de indicadores epidemiológicos e de risco sanitário e ambiental. Integra o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública – SISLAB e é o laboratório de referência estadual.

Página Inicial

Institucional

Quem é quem

Mapa Estratégico

Organograma

Transparência

Escola de Saúde

Regionais de Saúde

Hospitais e Unidades Próprias

Comunicação

Programas

Vigilância Sanitária

Centro de Saúde do Trabalhador

Laboratório Central do Estado

Informes CIEVS

CPPI

Vigilância Ambiental

Zoonoses e Intoxicações

Doenças Transmitidas por Vetores

Ação Sobre o Meio

Aranha-Marrom

Dengue

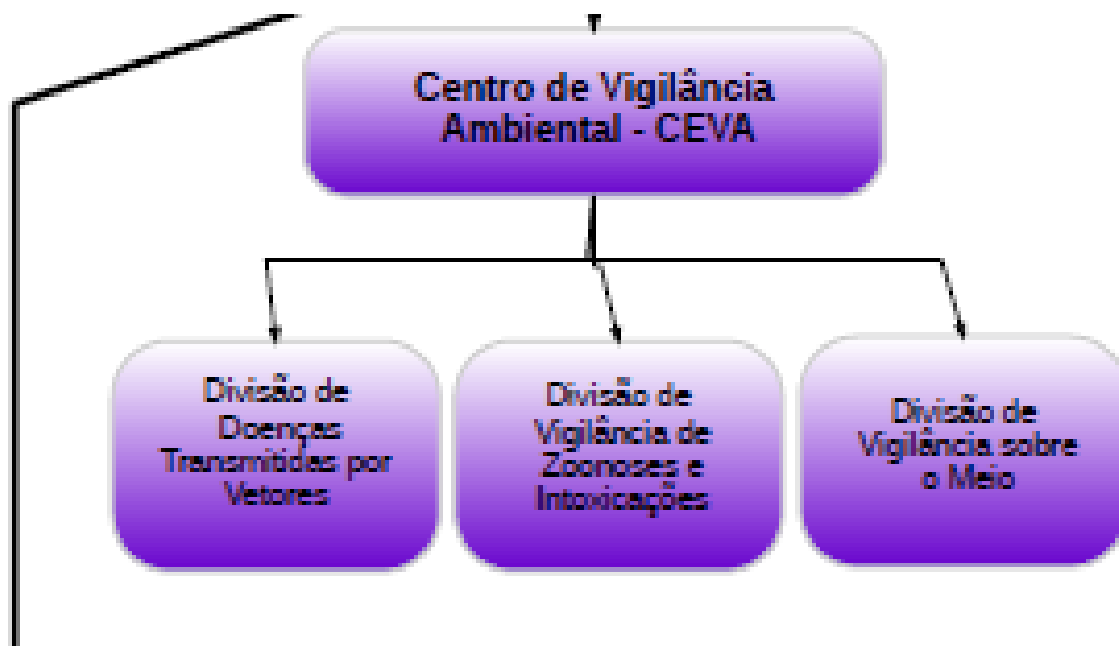
Leptospirose

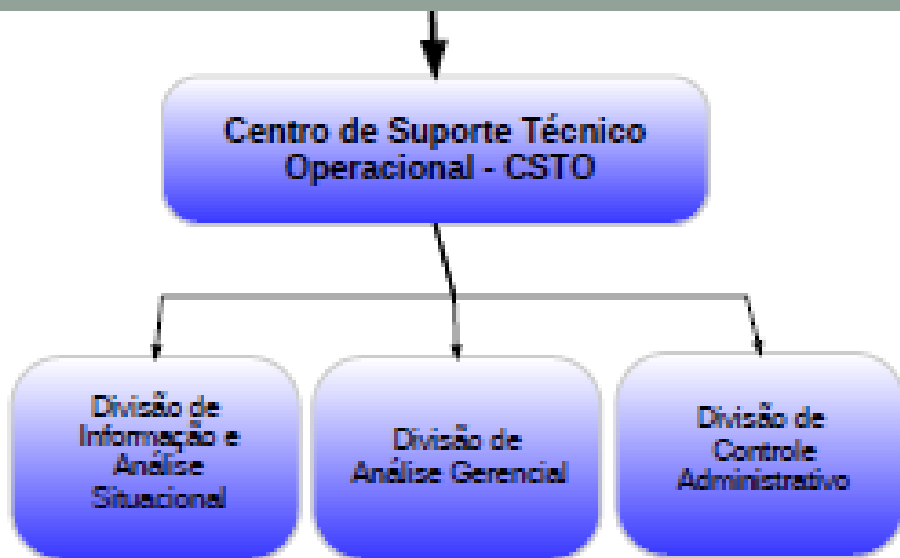
Publicações

Centro de Controle de
Envenenamento

Vigilância Entomologica

NOTA - Desabastecimento de soros antiofídicos





Objetivos do Departamento:

- Planejar, programar, acompanhar a nível operacional e gerencial as ações da Superintendência, em consonância com o Plano de Governo e com as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS);
- **Ações estratégicas do Departamento:**
Planejar, acompanhar, consolidar, fornecer o apoio técnico-administrativo e a previsão de recursos físico-financeiros, dados gerenciais e dos Sistemas de Informação para atender as necessidades operacionais relacionadas à Superintendência, garantindo a continuidade dos serviços e ações programáticas e eventuais seguindo consenso das áreas afins.

**ANVISA**

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

INÍCIO

A AGÊNCIA

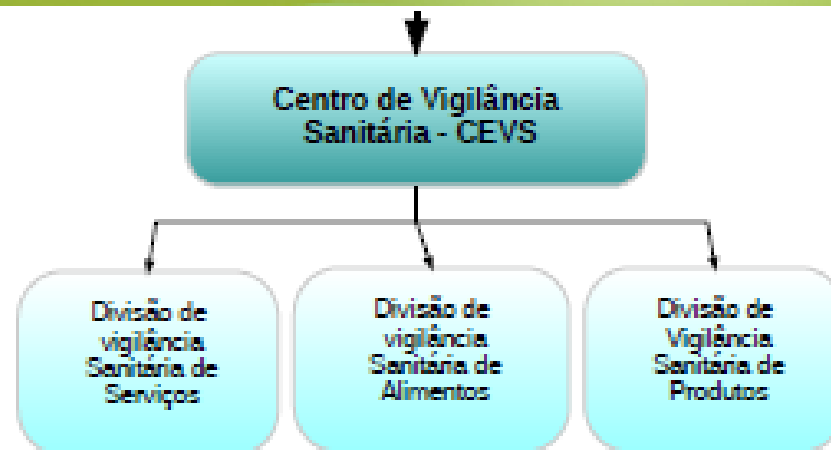
SALA DE IMPRENSA

SERVIÇOS

ALERTAS E INFORMES

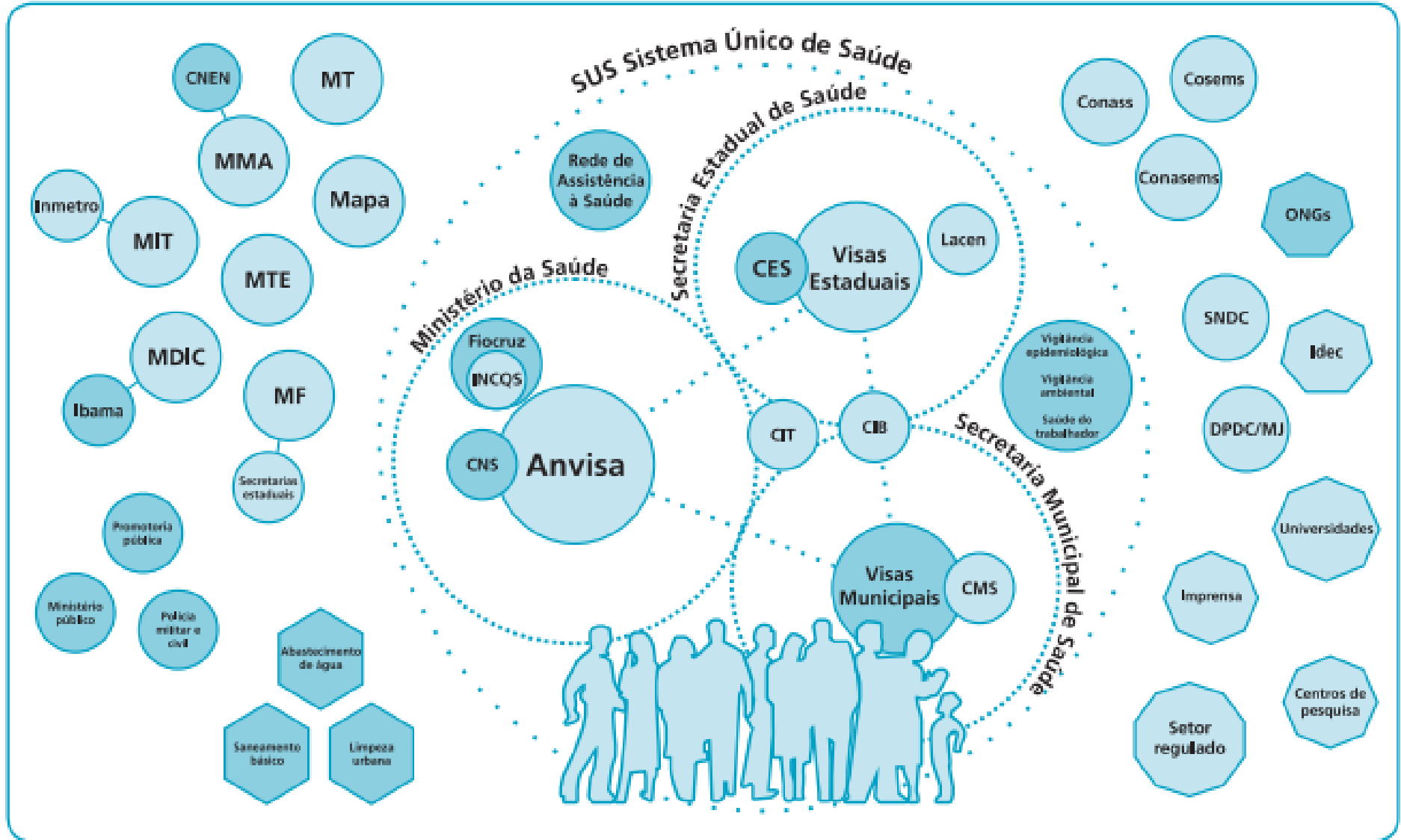
REGULAÇÃO

EDUCAÇÃO E P

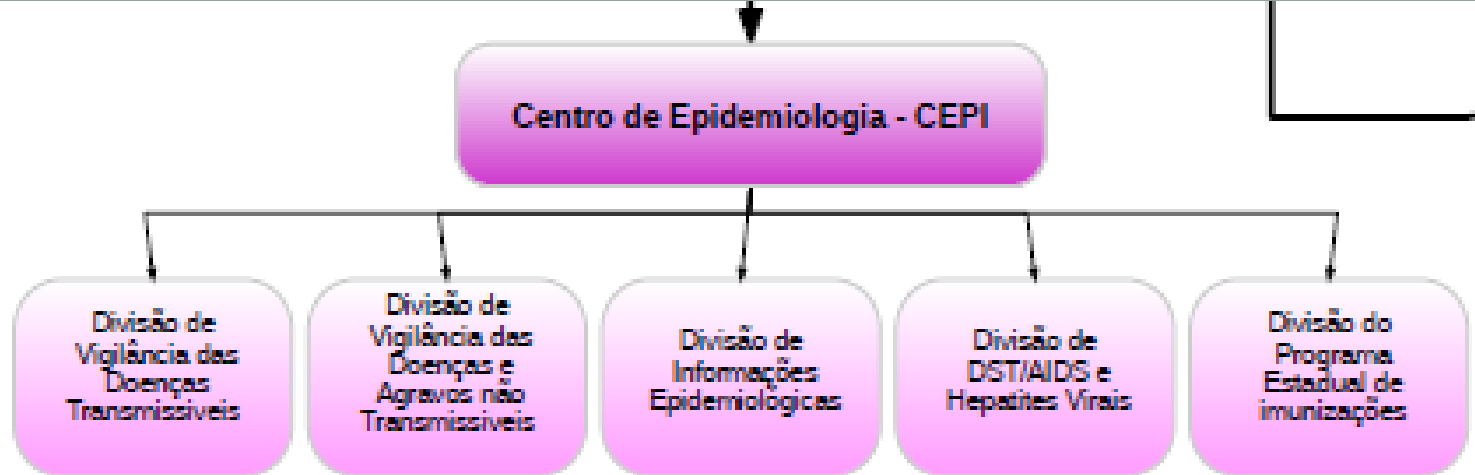


- Criada pela [Lei nº 9.782, de 26 de janeiro 1999](#), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é uma autarquia sob regime especial, que tem como área de atuação não um setor específico da economia, mas todos os setores relacionados a produtos e serviços que possam afetar a saúde da população brasileira.

Figura 1 – Representação gráfica do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária



Fonte: Mostra Cultural Vigilância Sanitária e Cidadania (2006).

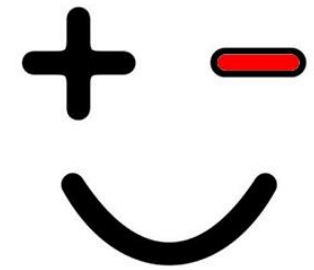


- Coordenar, acompanhar e organizar as atividades de vigilância epidemiológica das áreas que envolvem a vigilância epidemiológica e controle de doenças transmissíveis agudas e inusitadas; a vigilância de agravos e doenças não transmissíveis; a vigilância epidemiológica dos óbitos maternos e infantis e assessoria aos respectivos comitês; a operacionalização do Programa Estadual de Imunizações e dos sistemas de informações em saúde.

Agravos Estratégicos

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E CONTROLE EM AGRAVOS ESTRATÉGICOS

- DST/Aids
 - Transmissão Vertical do HIV/Sífilis - Plano Operacional
 - Curso de Vigilância Epidemiológica - Sífilis/HIV Gestante - Dias 10, 11 e 12 de Dezembro
 - II Econtro Paranaense DST e AIDS - Dias 6, 7 e 8 de Dezembro
- Tuberculose
- Hanseníase
- Hepatites (B) | (C)
- Doenças Emergentes (em manutenção)
- Unidade de Resposta Rápida URR (em manutenção)



Fique **Sabendo**



TOSSE HÁ MAIS DE
2 SEMANAS PODE SER
TUBERCULOSE
PROCURE O SERVIÇO DE SAÚDE
FAÇA O EXAME DE
ESCARRO



A saúde do bebê começa pela boca da
sua Mãe - Pré Natal Odontológico é
fundamental!

Página Inicial

Institucional

Quem é quem

Mapa Estratégico

Organograma

Transparência

Escola de Saúde

Regionais de Saúde

Hospitais e Unidades Próprias

Comunicação

Programas

Vigilância Sanitária

Centro de Saúde do Trabalhador

Laboratório Central do Estado

Informes CIEVS

CPPI

Informes CIEVS

CIEVS Notifique Aqui
0800 643 84 84

2014

Informe Semana 01

Informe Semana 02

Informe Semana 03

Informe Semana 04

Informe Semana 05

Informe Semana 06

Informe Semana 07

Informe Semana 08

Informe Semana 09

Informe Semana 10

**Centro de Informações e
Respostas de Vigilância
em Saúde - CIEVS**

**Divisão de
Unidade de
Campo de
Respostas
Rápidas**

**Divisão de
Informações e
Monitoramento**

FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE RISCO PARA A SAÚDE PÚBLICA NACIONAL

[Lista de Notificação Compulsória \(CLIQUE AQUI\)](#)

*** Preenchimento Obrigatório**

[Clique aqui em caso de dúvidas relativas a este formulário.](#)

DESCRIÇÃO DE RISCO PARA A SAÚDE PÚBLICA NACIONAL

Os Riscos de Saúde Pública Nacional são os eventos descritos no Anexo II da Portaria Ministerial Nº 10

Selecione o tipo de evento:

- ☐ 1- Caso suspeito ou confirmado dos eventos de notificação imediata
- ☐ 3- Desastre de origem natural ou antropogênica (quando houver desalojados ou desabrigados ou comprometimento das infraestrutura das unidades de saúde)
- ☐ 4- Doença, morte ou evidência de animais com agente etiológico que podem acarretar doenças em humanos
- ☐ 5- Surto ou agregação de casos ou óbitos de doenças de notificação imediata
- ☐ 6- Surto ou agregado de casos de Influenza Humana
- ☐ 7- Outros Riscos para a Saúde Pública Nacional (ex: doença de origem desconhecida, exposição a contaminantes químicos etc)

CIEVS

http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=5376

Data de início e local de ocorrência

Data de início do evento (data da suspeita inicial) no caso de desastres (data do ocorrido):

Local de ocorrência do Evento:

Estado.

Município.

Consolidado de casos suspeitos e/ou confirmados (não se aplica a desastres)

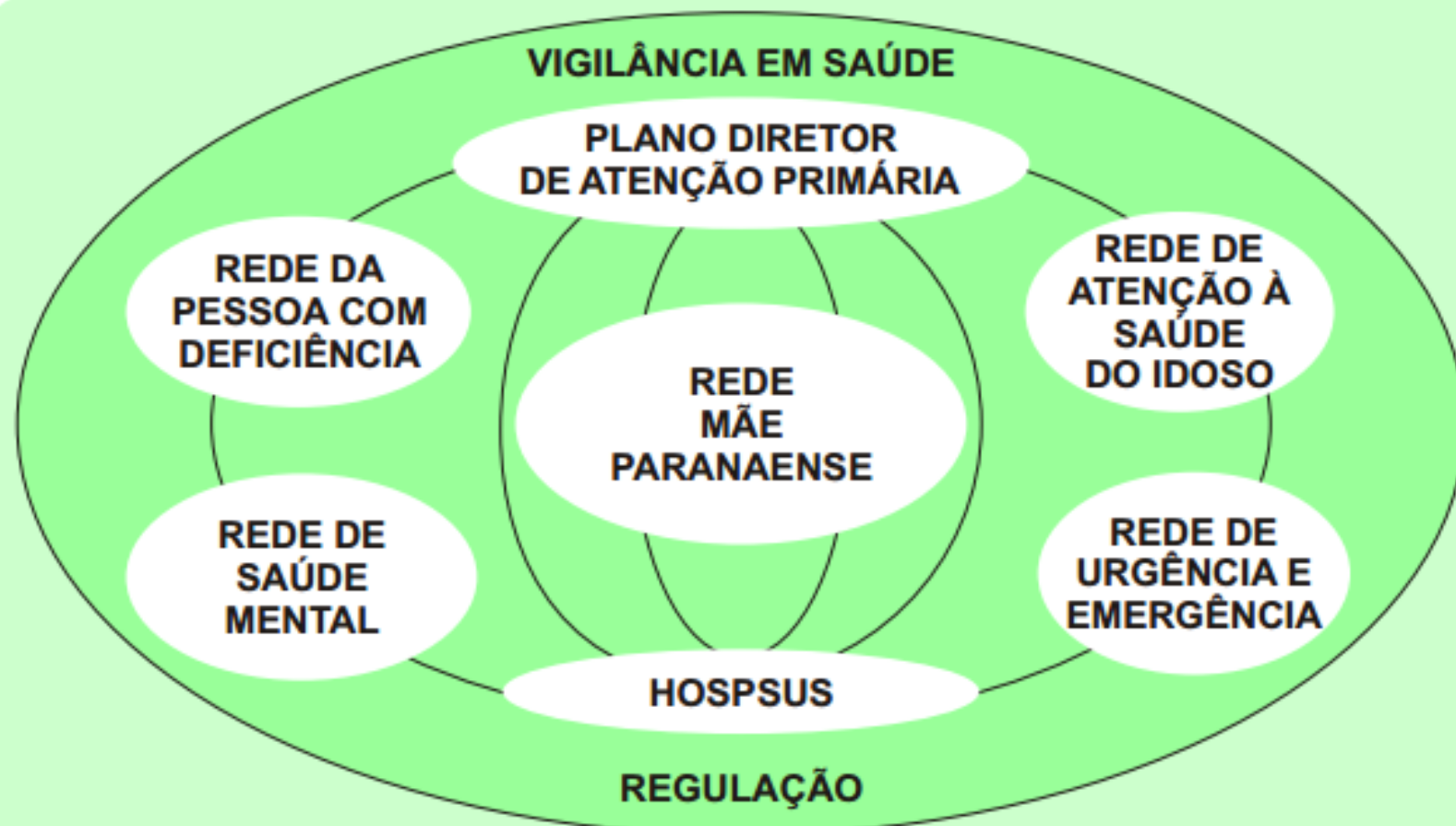
Total de casos suspeitos (vivos):

Total de casos suspeitos (óbitos):

Total de casos confirmados (vivos):

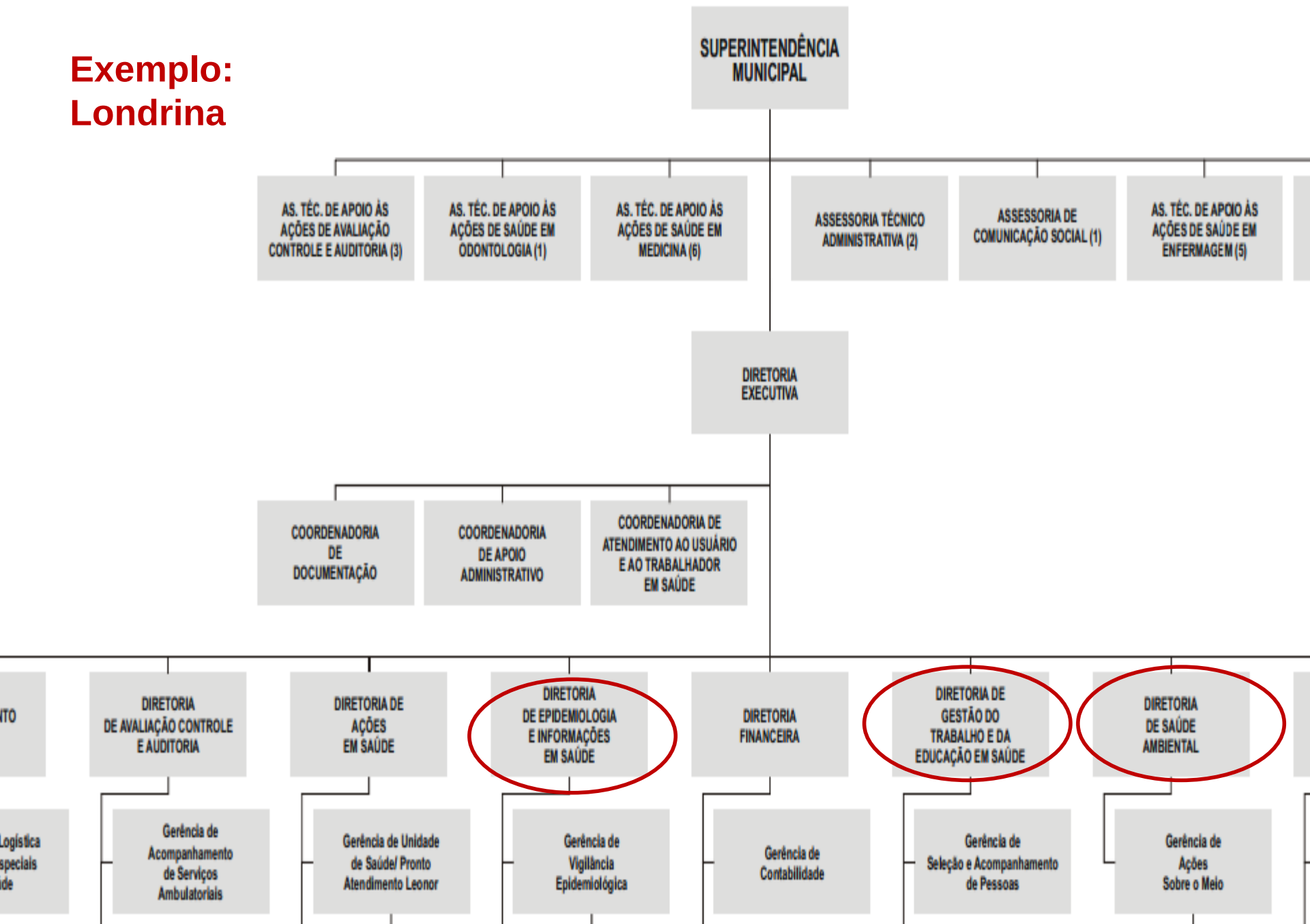
Total de casos confirmados (óbitos):

Organização das Redes no PARANÁ



Programa de enfrentamento às violências no Estado do Paraná articulado com outras áreas do governo

Exemplo: Londrina





Três Esferas de Governo



**Gestores
do SUS**

Entidades encarregadas de fazer com que o SUS seja implantado e funcione adequadamente dentro das diretrizes doutrinárias, da lógica organizacional e dos princípios organizativos do SUS.

Gestão do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica: Atribuições e Competências por Esfera de Poder



Três Esferas de Governo



FEDERAL

**Ministério da
Saúde**

**Conselho
Nacional de
Saúde**

**Comissão
Intergestores
Tripartite**

ESTADUAL

**Secretaria de
Estado
da Saúde**

**Conselho Estadual
de Saúde**

**Comissão
Intergestores
Bipartite**

MUNICIPAL

**Secretaria
Municipal de
Saúde**

**Conselho
Municipal de
Saúde**

União

Estados

Municípios

Formulam, Financiam, Controlam e Avaliam

- Esferas Federais



Executam, Financiam, Controlam e Avaliam

- Esferas Estaduais



Executam, Financiam, Controlam e avaliam

- Esferas municipais





Três Esferas de Governo



PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES DO GESTOR FEDERAL

- Formular, coordenar e controlar a política nacional de saúde;
- promover, junto aos estados, o desenvolvimento das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e
- corrigir as distorções existentes.

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES DO GESTOR ESTADUAL



- **coordenar, planejar e avaliar as ações de saúde em nível estadual;**
- **executar apenas as ações que os municípios não forem capazes de desenvolver e/ou que não lhes couberem;**
- **promover junto aos municípios o desenvolvimento das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e**
- **corrigir as distorções existentes.**

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES DO GESTOR MUNICIPAL



- **Coordenar, planejar e avaliar as ações de saúde em nível municipal;**
- **Executar as ações de atenção básica;**
- **Co-responsabilidade de assistência de atenção à saúde de média e alta complexidade;**
- **Promover o desenvolvimento das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde;**
- **Responsabilidade pelos Sistemas de Informações, entre outras...**

As três esferas precisam:

- Planejar;
- Monitorar;
- Avaliar.



Território complexo Onde vimos construindo o SUS!



Promoção da Saúde
- Intersetorialidade -

Território

Área e Microáreas

Espaços Privados

ONG

Espaços Públicos

Escolas

Equipamentos de Saúde

Igrejas

Equipamentos da
Assistência Social

Sociedade Civil
Organizada

Conselhos locais

Equipamentos da Cultura

É aqui que as ESF e equipes de VS atuam !
É aqui que os números, as estatísticas e
os gráficos ganham nome e endereço !

Território

Responsabilização e governança

vacina obesidade tratamento TB gravidez
Pré-natal surtos malária adolescência
sedentarismo drogas
hipertensão envelhecimento sífilis congênita
diabetes hanseníase chagas

homogeneidade de cobertura vacinal - setorial - governabilidade

dengue e violência - intersetorial - governança

DANTS - promoção da saúde

PRODUÇÃO DE SAÚDE

Estratégias Facilitadoras da Articulação

Análise de Situação de Saúde

Identificar problemas e necessidades de saúde

Identificar perfis e tendências

Foco na intervenção no território

Sistemas de informação

Cadastros: cartão SUS

Interoperabilidade entre os vários sistemas

Educação Permanente

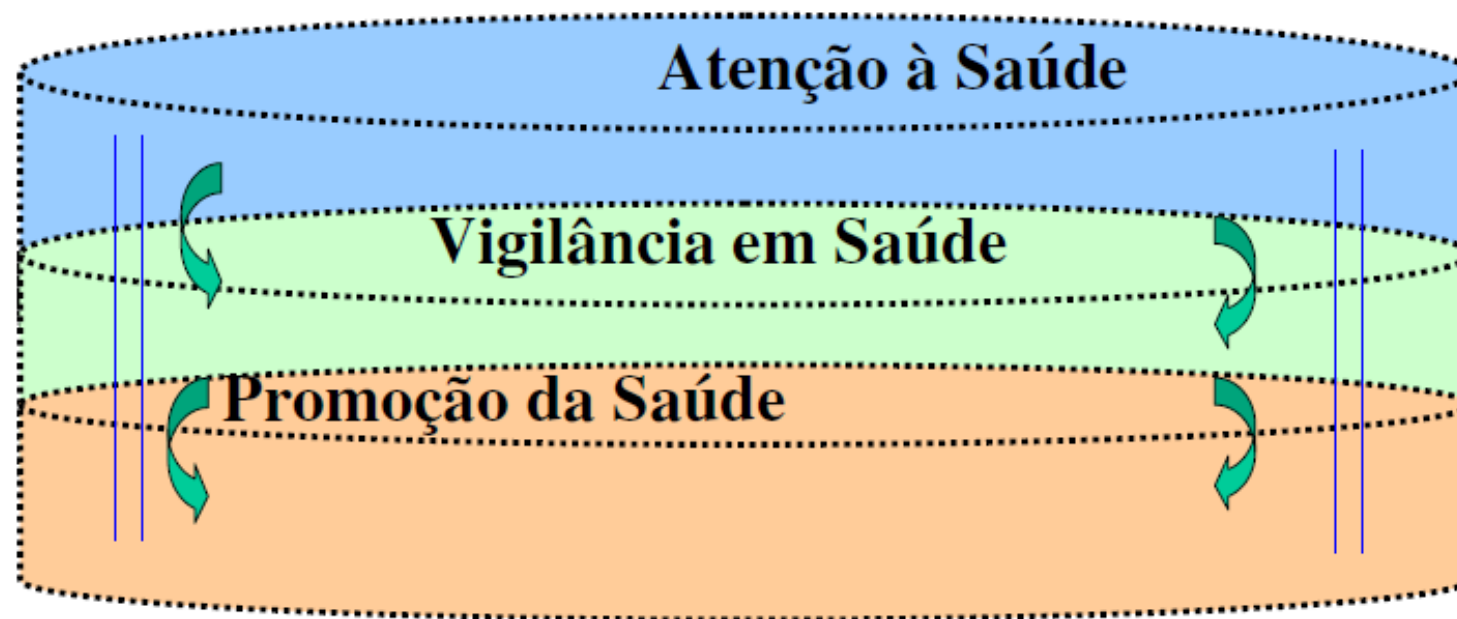
Complexos reguladores

Educação Popular em Saúde

Construção de uma Estrutura de Governança da rede

Planejamento Integrado: proposição de intervenções abrangentes e com base em evidências

Articulação das redes para Produção da Saúde



Vasos Comunicantes



Estratégias Facilitadoras da Articulação

Compatibilização dos Territórios

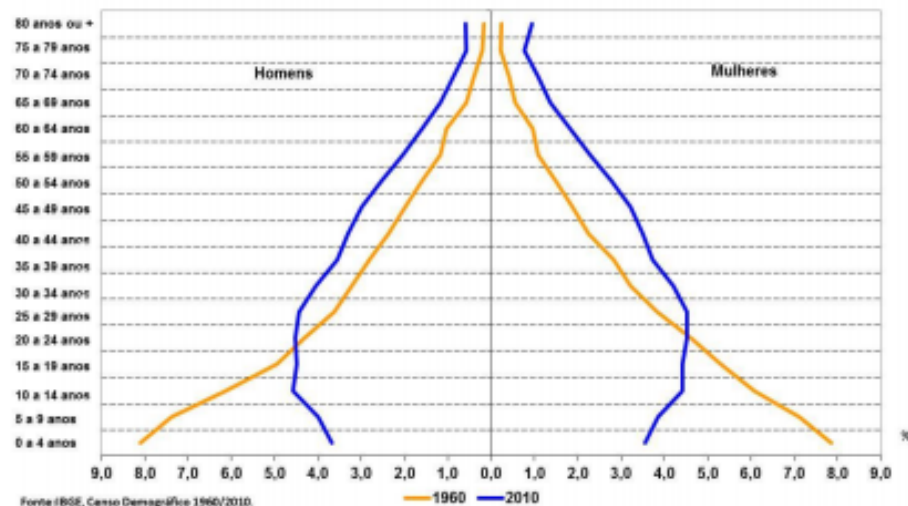
- Setores Censitários – IBGE
- Micro área do ACS
- Área de uma ESF
- Área de um Agente de Endemias
- Área da Rede
- Área de uma Macroregião

Desafios para o Sistema de Vigilância / Sistema de Atenção a Saúde

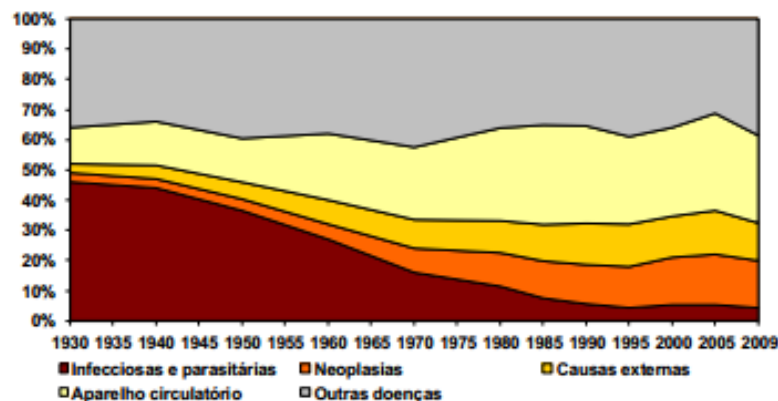
Um mundo e um país em mudança

- Transição demográfica
- *Transição* epidemiológica
- Determinantes sociais

Composição relativa da população residente total, por sexo e grupos de idade -Brasil - 1960/2010



Mortalidade proporcional (%) por grandes grupos de causa. Brasil, 1930 - 2010



Fonte: Ministério da Saúde

1960

2010

Infecções e Parasitárias
Neoplasias
Causas externas
Aparelho Circulatório
Outras causas

Um mundo e um país em mudança

- Urbanização acelerada
- Mudanças em comportamentos e hábitos
- Globalização da produção agrícola e pecuária



- Viagens, Migrações
- Riscos compartilhados globalmente



Um mundo e um país em mudança

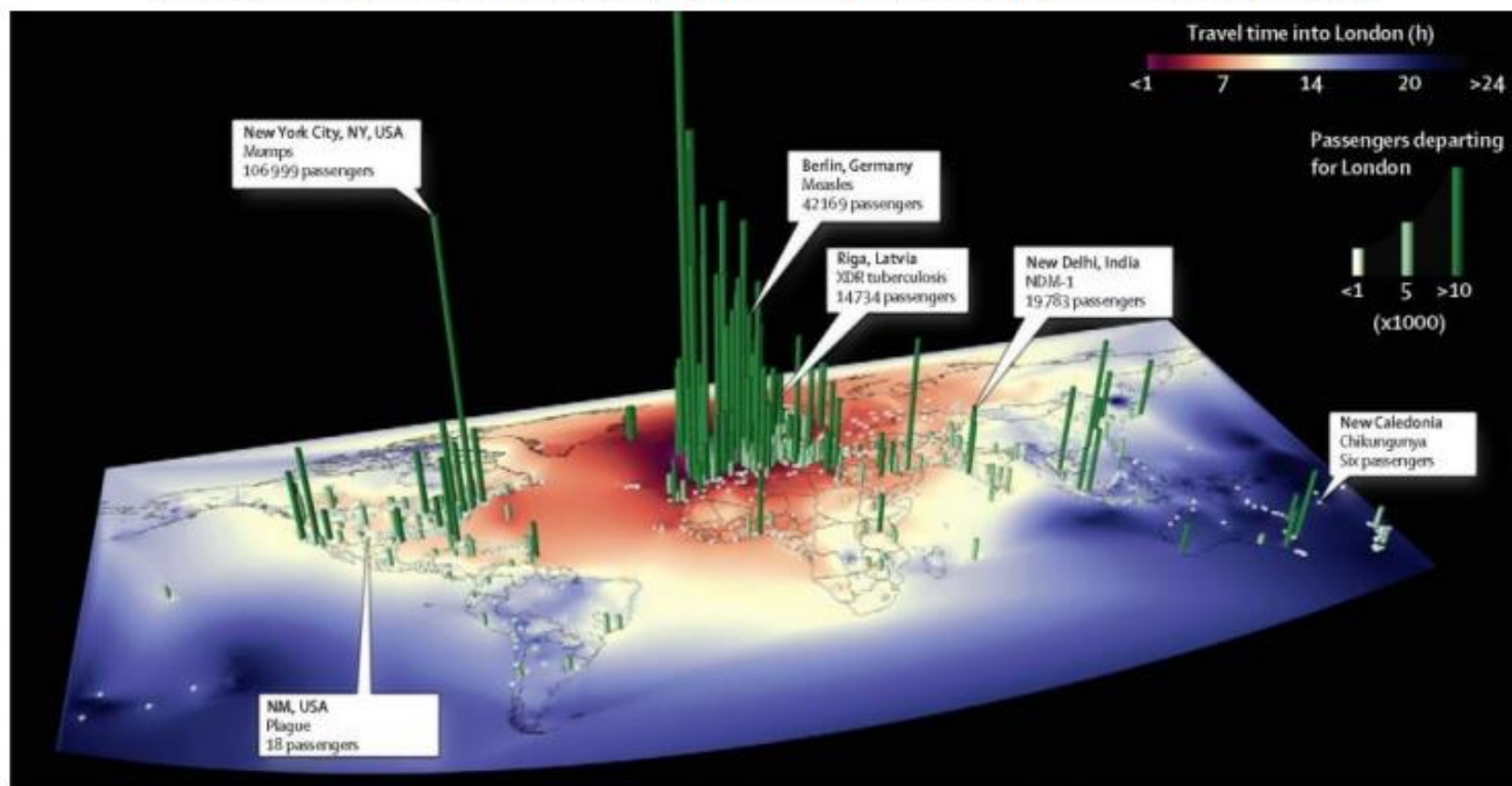
- HIV/AIDS
- Peste
- Ebola / Marburg
- NvCJD
- Nipah
- Febre Amarela
- Meningites
- Dengue



- Antraz
- SARS
- Cólera
- Influenza aviária
- TB-XDR
- Pandemia de Influenza A(H1N1)
- Novo coronavírus
- ...

Um mundo e um país em mudança

Padrão global de tráfego aéreo internacional em Londres/Reino Unido, em julho de 2009, e alertas hipotéticos de doenças infecciosas por meio de sistemas de vigilância



Fonte: The Lancet - Infectious disease surveillance and modelling across geographic frontiers and scientific specialties - 2012

Desafios para a Vigilância em Saúde nos tempos atuais

- Detectar e responder adequadamente às emergências em saúde pública
- Aperfeiçoar as ações de prevenção e controle das Doenças Transmissíveis para reduzir sua carga
- Monitorar e produzir evidências para a resposta aos *novos objetos* – fatores de risco para DCnT, acidentes e violências, riscos ambientais

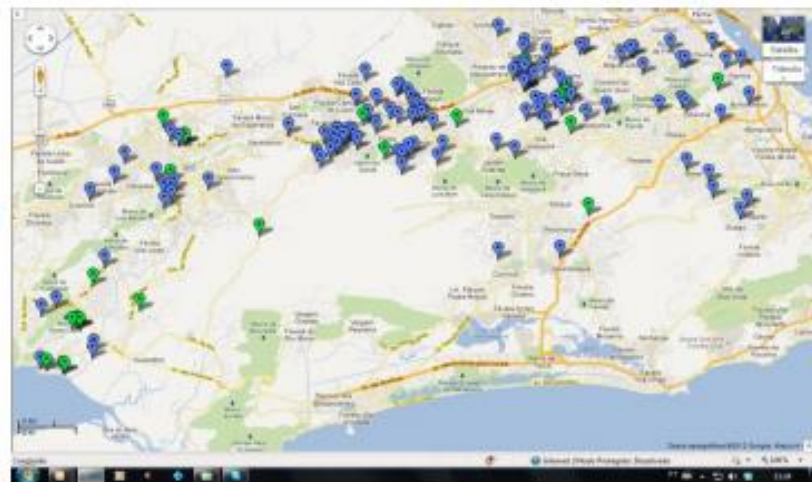
Detectar e responder adequadamente às emergências em saúde pública

- Fortalecimento das capacidades de detecção e resposta nos Estados e Municípios
- Implantação do Plano Nacional de Resposta às Emergências de Saúde Pública e Desastres - Preparar para o previsível (dengue, influenza, grandes eventos etc.) e para o inusitado (pandemia, coronavírus etc.)



Detectar e responder adequadamente às emergências em saúde pública

- Integração com serviços de saúde, inclusive do setor privado
- Modernização dos processos de notificação
- Desenvolvimento de estratégias de comunicação de risco
- Fortalecimento da rede de laboratórios



Aperfeiçoar as ações de prevenção e controle das Doenças Transmissíveis

- Implantar estratégias especiais para populações vulneráveis
- Introduzir de maneira rápida e sustentada as novas tecnologias
- Construir novas evidências sobre condicionantes, determinantes, efetividade de intervenções etc.

Aperfeiçoar as ações de prevenção e controle das Doenças Transmissíveis

- Acelerar a redução da carga das DTs para além da tendência *natural*
- Fortalecer a produção de informação e análise epidemiológica
- Ajustar estratégia para cenário epidemiológico atual
- Promover integração com Atenção Primária de Saúde

Monitorar e produzir evidências para a resposta aos novos objetos

- Consolidar e descentralizar a vigilância dos fatores de risco para as DCnT
- Contribuir para a identificação de grupos e populações mais vulneráveis e com dificuldade de acesso
- Avaliar o impacto, a oportunidade e a qualidade das ações de diagnóstico e tratamento

Monitorar e produzir evidências para a resposta aos novos objetos

- Apoiar implantação de medidas preventivas e de promoção da saúde com efetividade comprovada para reduzir:
 - Fatores de risco para DCnT (tabagismo, redução de sal, atividade física etc.)
 - Acidentes (trabalho, trânsito, doméstico etc.)
 - Violências
 - Riscos ambientais (qualidade da água etc.)
- Construir evidências para avaliar ações de promoção da saúde



Monitorar e produzir evidências para a resposta aos novos objetos

- Fortalecer vigilância sobre eventos relevantes para a saúde pública (mortalidade infantil e materna)
- Aperfeiçoar a produção de informações e análises epidemiológicas

Para responder aos desafios...

- Vigilância como integrante das prioridades de gestão:
ação universal, permanente e integrante das atividades estratégicas do SUS
- Para uma situação epidemiológica complexa a resposta deve ser abrangente (*atualize* os objetos tradicionais e *responda* aos novos e emergentes desafios)

Para responder aos desafios...

- “Vigilância em todas as políticas de saúde”: superar a fragmentação vigilância – programas – planejamento - atenção
- Modelos flexíveis e amplos de capacitação para os profissionais do SUS (não apenas os de VS, mas todos os que participam do processo)

• Dúvidas e contato: flalazarini@gmail.com

Obrigada!



REFERÊNCIAS

Vigilância em Saúde no SUS, Brasil, 2006.

Link:file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/ESP%202014/vigilancia_saude_SUS.pdf

Organograma Paraná:

http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/organograma_final_sesa.pdf

SESA:<http://www.cidadao.pr.gov.br/>

Gestão da vigilância à saúde / Marismary Horsth De Seta, Lenice Gnocchi da Costa Reis, Elizabete Vianna Delamarque. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5,I) link: http://www.conass.org.br/colecao2011/livro_5.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2007. Link:

http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/conass_progestores/livro_6_tomo_1_vigilancia_em_saude.pdf